

Artigo de revisão

DOI: 10.5281/zenodo.16126232

**A MATERNIDADE E A DEFICIÊNCIA:
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA ENTRE 2010 E 2020**

*MOTHERHOOD AND DISABILITY: ANALYSIS OF BRAZILIAN SCIENTIFIC
PRODUCTION BETWEEN 2010 AND 2020*

Juliana Cavilha¹ 

Maria Constância Wolff² 

Priscila Vernalha Coli³ 

RESUMO

Este artigo teve como principal objetivo o mapeamento da produção científica brasileira sobre a maternidade e maternagem de mulheres consideradas deficientes. Pretendeu-se compreender quais imperativos circulam na relação com a maternagem quando concentra na incapacidade destas mulheres não serem cuidadoras ideais ou mesmo impossibilitadas do cuidado do outros, mas necessitando de cuidados. Em relação aos objetivos específicos este artigo pretendeu: a. Compreender a partir da análise da produção científica a deficiência como aspecto da diversidade; b. Qual área do conhecimento de maior concentração de produção; c. Quais órgãos fomentam tais pesquisas. A metodologia empregada foi a revisão e análise bibliográfica de artigos, realizada entre setembro e novembro de 2021. As buscas foram conduzidas nas bases de dados acadêmicas SciELO, CAPES e LILACS, utilizando os termos combinados: “maternidade AND deficiência”, “maternidade AND capacitismo”, “maternidade AND estigma” e “mães AND deficiência”. Foram selecionados artigos em português publicados entre 2010 e 2020 que abordavam mães com deficiência, excluindo os que tratavam da deficiência dos filhos. Este processo inicial resultou em

Autor corresponde: Maria Constância Wolff, m.constanciaw@gmail.com

1 Faculdade Estácio Florianópolis; Florianópolis, SC, Brasil.

2 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

3 Faculdade Estácio Florianópolis; Florianópolis, SC, Brasil.

4.661 artigos, que, após a aplicação de filtros e leitura de títulos e resumos, foram reduzidos a uma seleção final de 25 artigos para análise aprofundada. Concluiu-se, a partir da análise dos trabalhos selecionados, que boa parte da produção (76%) concentra-se na área da saúde, sendo produzidos via fomento em universidades públicas, e que o modelo biomédico da deficiência se destaca como predominante não apenas no senso comum, mas também nas produções acadêmicas sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Deficiência. Produção Científica. Capacitismo.

ABSTRACT

This article aimed to map Brazilian scientific production on motherhood and mothering of women considered disabled. The study sought to understand the imperatives that circulate in relation to mothering when focusing on these women's perceived inability to be ideal caregivers or even their complete inability to care for others, while simultaneously needing care themselves. The specific objectives of this article were: a) To understand disability as an aspect of diversity through the analysis of scientific production; b) To identify which knowledge area has the highest concentration of publications; c) To determine which organizations fund such research. The methodology employed was a bibliographic review and analysis of articles conducted between September and November 2021. Searches were performed in the academic databases SciELO, CAPES, and LILACS using the combined terms: "motherhood AND disability", "motherhood AND ableism", "motherhood AND stigma", and "mothers AND disability". The selection included Portuguese-language articles published between 2010 and 2020 that addressed mothers with disabilities, excluding those focusing on children's disabilities. The initial search yielded 4,661 articles, which after applying filters and reviewing titles and abstracts, were reduced to a final selection of 25 articles for in-depth analysis. The analysis of selected works concluded that most publications (76%) are concentrated in the health field, primarily produced through funding at public universities, and that the biomedical model of disability stands out as predominant not only in common perception but also in academic productions on the subject.

KEYWORDS: Motherhood. Disability. Scientific production. Ableism.

INTRODUÇÃO

A maternidade idealizada e construída tem sido alvo de pesquisas (Strathern, 1995; Moura; Araujo, 2004), desde inscritos na proposta de cuidados maternos, relógio biológico ou mesmo na questão do temperamento associado ao sexo, ou ao gênero (Mead, 1988). Observam-se ainda vários estudos sobre o modelo de família e suas variações ao longo da história (Áries, 1981), além de aspectos como a centralidade do lugar da maternidade e da criança (Áries, 1981; Badinter, 1985). Recentemente apoiados neste debate acerca dos modelos de família e maternidade, alguns estudos trouxeram à tona também a discussão a respeito da emancipação de mulheres deficientes, as quais reivindicam o direito de ser mãe e perseguem o sonho de gestar e maternar.

Tendo em vista esse contexto, o presente artigo buscou investigar a produção científica brasileira sobre o tema da maternidade na condição da deficiência entre os anos de 2010 e 2020. Em particular, investiga as experiências contrastantes ao modelo de maternidade construído no século XX, a partir da análise de artigos e teses publicados em bases de dados e portais de periódicos.

Pretendeu-se a partir deste estudo fornecer inicialmente, uma reflexão sobre a questão da visibilidade da pessoa deficiente, o qual está envolto em uma compreensão a respeito dos debates na agenda contemporânea sobre feminismos, deficiências e maternidades. Em consonância o viés de politização do vocabulário pelo modelo social da deficiência (Diniz, 2007), optou-se por usar o adjetivo “deficiente” neste artigo. Dessa forma, o foco deste trabalho é investigar a maternidade de mulheres deficientes, levando em consideração suas vivências de obstáculos, dificuldades, prazeres, sentidos e significados.

No restante deste artigo, primeiramente, apresenta-se a revisão e análise bibliográfica da literatura acerca dos estudos interseccionais, articulando os conhecimentos sobre deficiência, gênero e maternidade, em seguida, a metodologia na qual a pesquisa está ancorada. Ao final, desenvolve-se resultados e discussão.

A deficiência

O Decreto Legislativo n. 186, de 09 de julho de 2008, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reconhece, na letra “e” de seu preâmbulo, que a deficiência é resultado de uma interação entre as diferentes formas de deficiência e as barreiras ambientais, comportamentais e relacionais que impedem uma participação social igual, plena e efetiva dessas pessoas em termos de oportunidades (Brasil, 2008). Nesse sentido, a deficiência é entendida não como um processo restrito ao corpo ou a uma lesão, mas, diz respeito à relação das pessoas com um ambiente excludente em suas formas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais (Mello; Nuernberg, 2012).

O modelo social e o modelo biomédico da deficiência

Tal definição acima mencionada está de acordo com a perspectiva social da deficiência, que, a partir dos anos 60 passou a orientar seus estudos, contrariando politicamente o modelo biomédico. Conforme Diniz (2003), Mello e Nuernberg (2012), o modelo biomédico da deficiência tende a reduzir a complexidade da deficiência à lesão corporal do indivíduo, enfatizando a necessidade constante de reparação/reabilitação do corpo.

Em contraste, os autores supracitados propõem que o modelo social da deficiência seria mais oportuno aos estudos neste campo, na medida em que oferece uma perspectiva da deficiência como sendo resultante do ambiente social hostil à diversidade física. Ou seja, a deficiência não é, claramente, um problema individual resultante de lesões, mas, de fato, uma questão amplificada no social (Diniz, 2007), que estigmatiza (Goffman, 1988) indivíduos e grupos que não atendam, ou mesmo respondem, às expectativas externas ditadas pela sociedade.

O debate da interseccionalidade

Os marcadores sociais da diferença são categorias que referem-se à constituição das diferenças e hierarquias na sociedade. A interação e a sobreposição de tais marcadores sociais são estudadas a partir da ferramenta teórico-metodológica chamada interseccionalidade (Vencato, 2014). Apesar dos estudos interseccionais feministas sugerirem a necessidade de articulação entre gênero e os outros marcadores sociais, como classe, raça, religiosidade, geração e orientação sexual, o que se nota é uma tentativa de tratar cada um separadamente, ao invés de encará-los como diferenças que se inter cruzam (Vencato, 2014).

Com o objetivo de compreender melhor como essas discriminações operam juntas, Kimberlé Crenshaw (2002) propõe a teoria da interseccionalidade, que desenvolveu-se como uma ferramenta analítica que permite encarar as diferenças em múltiplos contextos, de maneira heterogênea, indo além da ideia de somar ou subtrair opressões (Collins; Bilge, 2021). Assim, entende-se hoje que diferenças e hierarquias existentes na sociedade interagem, de modo que haja uma sobreposição entre elas (Collins; Bilge, 2021).

Em vista disso, Mello e Nuremberg (2012) evidenciam a existência de uma dupla vulnerabilidade na vida de mulheres deficientes em razão da combinação das discriminações de gênero e da deficiência, e, deste modo, apontam para a precária relevância dada pelas Ciências Sociais, e particularmente pelo movimento feminista, ao marcador da deficiência e suas transversalidades. Diniz (2003) também enfatiza a quase inexistência de produção intelectual brasileira sobre esse tema, o qual permanece restrito a áreas biomédicas e da educação especial.

A discussão do movimento feminista: “O privado também é político”

Divisões entre colonos e colonizados, homens e mulheres, política e família, normal e patológico, separam a esfera pública da esfera privada de modo que a primeira equivale ao político, ao social, ao mundo de iguais, ao diálogo, a um lugar de criação humana, de dialética. Enquanto a segunda compreende o mundo doméstico, da privacidade, da família, do poder paterno e despótico, da natureza e dos instintos, da escravidão e da reprodução (Okin, 2008).

Essa falsa ideia de igualdade é legitimada levando em consideração que com a “civilização”, com o “público”, com o “político” dialoga-se, mas com a natureza, exerce-se controle, manipulação e domínio. Portanto, todo o pensamento ocidental referente ao mundo público exclui de forma evidente todas as pessoas que não fazem parte dele, incluindo as pessoas com deficiência, as mães e as mulheres, colocando-as em posição de menor poder e prestígio.

Reproduzindo esta tradição ideológica, a primeira geração de estudiosos da deficiência limitava-se aos discursos dominantes de gênero e classe, ou seja, ao mundo público e masculino, visto que constituía-se em grande parte por homens com lesão medular pertencentes à elite econômica (Mello; Nuernberg, 2012).

A segunda onda do feminismo propõe, então, que tornar político o que acontece na vida pessoal seria uma forma de questionar a suposta separação entre a esfera privada e a esfera pública e de lutar contra a dominação masculina (Piscitelli, 2002). Paralelamente, o início do século XXI presenciou a segunda geração dos estudos sobre a Deficiência, que anglobou, dentre outras, as reflexões da esfera privada sobre cuidado, subjetividade, dor e interseccionalidade baseada na leitura feminista e nas teorias pós-coloniais (Mello; Nuernberg, 2012).

O cuidado e a interdependência

Em 1939, Elias introduz na Sociologia a ideia de Figurações de Dependência, que seriam teias de interdependências mútuas entre os seres humanos necessárias para modular a sociedade e suas regras (Elias, 1994). Conforme o autor, há uma dificuldade coletiva das sociedades ocidentais em atribuir importância ao fato de que as pessoas existem necessariamente em interdependência de outras durante todo o ciclo da vida, em uma dinâmica que não é individual ou isolada.

Com o passar do tempo, conforme o modelo social da deficiência foi se estabelecendo e se constituindo no cenário acadêmico, especialmente entre as décadas de 80 e 90, novos debates emergiram neste campo, tendo sido a crítica feminista responsável por expor o paradoxo da interdependência (Diniz, 2007). O projeto de independência e autonomia almejado pelos primeiros teóricos do modelo social evidenciava valores individualistas, e chocava-se com as diferentes

experiências de deficiência nas quais somente os “potencialmente mais independentes” seriam protagonistas (Diniz, 2007).

Assim, as feministas incluíram nos estudos da deficiência a subjetividade, até então ignorada, englobando temas como a dependência, a interdependência e o cuidado. Aqui, a maternidade surge como um marcador adicional nesse debate, visto que a vontade e a realidade de ser mãe não são restritas a mulheres “normais”. Mesmo sendo a interdependência uma condição inerente da existência humana (Mello; Nuernberg, 2012), a função de cuidadora é geralmente um trabalho não remunerado e ocupa um lugar de exclusão, invisibilização, exploração e esquecimento (Guimarães, 2010, p. 208 apud Mello; Nuernberg, 2012).

Nesse contexto, o senso comum ora desvaloriza o trabalho da cuidadora e da mãe, levando a condições de exclusão e exploração, e ora encara a deficiência a partir do modelo biomédico da deficiência, que a entende unicamente como resultante de uma lesão no corpo (Diniz, 2007).

A maternidade e o estigma da deficiência

Para o sociólogo Erving Goffman (1988), estigma é uma condição que emerge nas relações sociais à medida que evidencia-se a discrepância entre a identidade social virtual, que diz respeito às expectativas da sociedade sobre uma determinada categoria de indivíduos, e a identidade social real, com suas interações microssociais reveladas de fato (Goffman, 1988). Em outras palavras, quanto mais distante esteja uma pessoa ou um grupo de pessoas do estereótipo social aceito para tal categoria ou grupo social, maior será o estigma atrelado.

Portanto, a identidade social real da categoria “mães”, por exemplo, geralmente diverge de sua identidade social virtual (da mulher cis, jovem, em relacionamento heterossexual e monogâmico, dentro do padrão corponormativo, etc.), visto que esta é elaborada por meio do imaginário social, estereótipos e suas expectativas (Goffman, 1988).

Aos olhos do senso comum, mães deficientes são estigmatizadas ora por serem mães que se distanciam do padrão de mãe idealizado pela sociedade, ora por

serem deficientes que se distanciam do imaginário de pessoas frágeis, que necessitam de cuidados e que não se encaixam em papéis que envolvam cuidar de outras pessoas.

Conforme Gaudenzi e Ortega (2016), a normalidade no campo dos estudos da deficiência é uma construção cultural e ideológica atrelada ao modelo médico, isto é, a anormalidade é frequentemente associada a desvios percebidos das capacidades físicas, mentais ou comportamentais consideradas normais, dentro de um padrão determinado pela maioria ou pelo que é mais comum em uma determinada população. Assim, os “normais” munem-se de teorias ou ideologias para explicar pessoas reduzidas ao estigma, excluindo e produzindo a tendência do estigmatizado a sentir vergonha, desprezo, negação e auto-ódio por sua condição (Goffman, 1988).

A tentativa de romper essa dicotomia entre normal e patológico foi uma conquista do modelo social da deficiência, possibilitando o entendimento de que seres com impedimentos não devem ser necessariamente patologizados e apresentando a normatividade enquanto alternativa à noção de normalidade (Gaudenzi; Ortega, 2016). Assim, a normatividade pode ser entendida como a capacidade dos sujeitos de estabelecerem suas próprias normas adaptativas em resposta às circunstâncias do ambiente, compreendendo a deficiência como uma diversidade de estilos de vida que produz valores morais positivos (Gaudenzi; Ortega, 2016).

METODOLOGIA

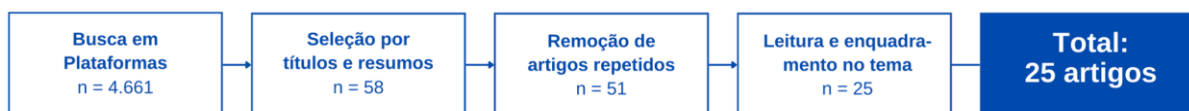
A revisão bibliográfica foi realizada entre setembro e novembro de 2021, e consistiu em pesquisas de artigos em plataformas de bases de dados. Inicialmente seriam abrangidos também artigos publicados em repositórios de diversas universidades brasileiras, porém, após o início desta metodologia de pesquisa com buscas de palavras chaves nas universidades, observou-se certa repetição dos mesmos artigos nas plataformas. Deste modo, optou-se pela concentração da busca apenas nas plataformas SciELO, CAPES, e LILACS.

A pesquisa em universidades, por sua vez, consistiu inicialmente na busca em repositórios institucionais e nas bibliotecas virtuais de diversas universidades

brasileiras, sobretudo das 69 federais existentes no Brasil e das principais universidades particulares e estaduais. Além destas, a pesquisa também foi realizada no repositório institucional da Fiocruz e na Biblioteca digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a qual integra os sistemas de informação dos trabalhos provenientes das instituições de ensino e pesquisa brasileiras, fomentando suas publicações em meio eletrônico. No entanto esta busca, embora completa, foi descartada nesta pesquisa em virtude da duplicação de títulos e autores que já constavam nas plataformas investigadas.

Tal pesquisa compreendeu a busca por trabalhos anexados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO). Quatro termos foram utilizados para a pesquisa, sendo eles: “maternidade AND deficiência”, “maternidade AND capacitismo”, “maternidade AND estigma” e “mães AND deficiência”. Como critérios de seleção, foram escolhidos os artigos em português publicados entre os anos de 2010 e 2020 e situados no debate sobre mães com deficiência, e excluídos os artigos que se afastavam da temática mães com deficiência ou abordavam a deficiência dos filhos, não das mães. A Figura 1, abaixo, apresenta um fluxograma desta etapa.

Figura 1 - Fluxograma da pesquisa em bases de dados



Fonte: elaborado pelas autoras.

A próxima etapa compreendeu a leitura dos artigos selecionados e a elaboração de planilhas de análise de dados composta por título do artigo, autores, instituição de origem, local de publicação, ano, área do conhecimento, deficiência abordada e palavras-chave.

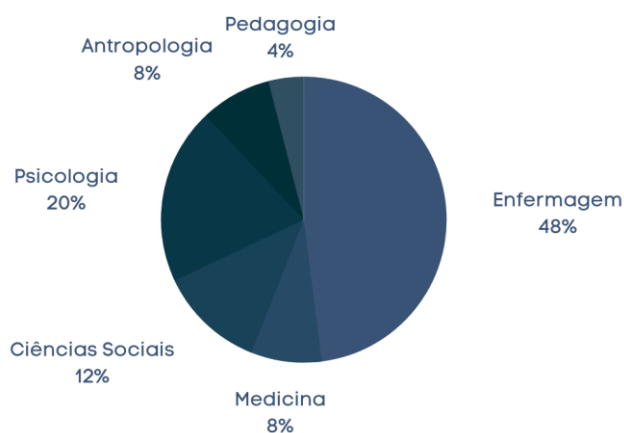
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo da pesquisa se propôs a investigar a produção científica brasileira acerca do tema da maternidade na condição da deficiência entre os anos de 2010 até 2020, a etapa da revisão bibliográfica foi realizada entre setembro e novembro de 2021, e consistiu em pesquisas de artigos nas plataformas SciELO, CAPES, e LILACS, por meio da inserção de quatro termos combinados (maternidade and deficiência, maternidade and capacitismo, maternidade and estigma e mães and deficiência).

A aplicação de tais palavras e filtros nas bases de dados descritas, utilizando como critérios de seleção artigos em português publicados entre os anos de 2010 e 2020 e situados no debate sobre mães com deficiência, resultou em 4.661 artigos. Destes, após a seleção por títulos e resumos, e após a remoção de artigos indisponíveis e repetidos, manteve-se 51 artigos. A partir da leitura e enquadramento dos trabalhos na temática acerca da maternidade com deficiência, no total, obteve-se 25 artigos.

Dentre estes 25, 2 são provenientes do curso de Antropologia (8%), 3 do curso de Ciências Sociais (12%), 12 do curso de Enfermagem (48%), 2 do curso de Medicina (8%), 1 do curso de Pedagogia (4%) e 5 do curso de Psicologia (20%). A prevalência, portanto, de 76% das publicações serem provenientes de cursos da saúde demonstra o quanto o modelo biomédico da deficiência predomina não apenas no senso comum, como também nas universidades. O Gráfico 1, abaixo, ilustra essa distribuição em porcentagem.

Gráfico 1 - Distribuição dos artigos analisados por área do conhecimento



Fonte: elaborado pelas autoras.

A concentração de 76% das publicações provenientes de cursos da saúde demonstra o quanto o modelo biomédico da deficiência predomina não apenas no senso comum, como também nas universidades.

Sobre o número de artigos publicados por ano entre 2010 e 2020, dos 25, 5 artigos foram publicados nos anos de 2018 e 2020; 4 nos anos de 2011 e 2016; 3 nos anos de 2013 e 2014. 1 artigo no ano de 2012. Nenhum artigo foi publicado nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2019. Observa-se grande variação de publicações por ano, não sendo possível, até o momento, estabelecer alguma linearidade. Entretanto, há possibilidade da quantidade de artigos virem a aumentar, visto que 2018 e 2020 foram os anos com maior número de publicações. O Gráfico 2 apresenta essa análise.

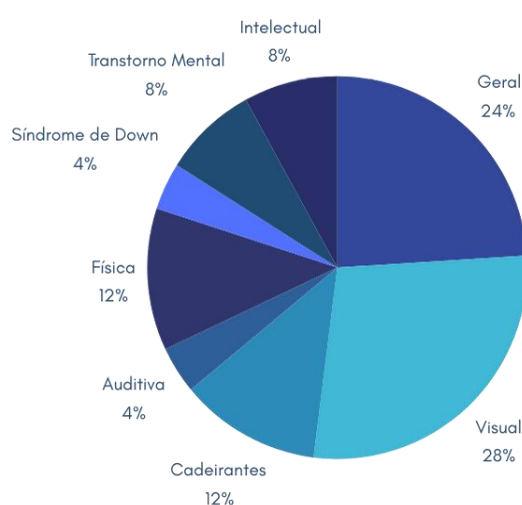
Gráfico 2 - Distribuição dos artigos analisados por ano de publicação



Fonte: elaborado pelas autoras.

Em relação à nomenclatura de deficiências abordadas pelos artigos selecionados, conforme o Gráfico 3 abaixo, 7 discorrem sobre deficiência visual (28%); 6 sobre a deficiência em geral não especificada (24%); 3 compreendem a deficiência física (12%); 3, cadeirantes (12%); 2, transtorno mental (8%); 2, deficiência intelectual (8%); 1, deficiência auditiva (4%); e 1, Síndrome de Down (4%).

Gráfico 3 - Distribuição dos artigos analisados por tipo de deficiência



Fonte: elaborado pelas autoras.

A análise dos dados revela uma distribuição variada das deficiências abordadas nos artigos selecionados, com uma predominância significativa de estudos sobre deficiência visual, seguidos pela deficiência em geral não especificada e pela deficiência física. Essa discrepância levanta questões sobre possíveis lacunas na pesquisa e a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e inclusiva nos estudos sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das reflexões apresentadas, torna-se evidente que a maternidade para mulheres com deficiência complexifica-se à medida que analisamos interseccionalmente este fenômeno, perpassando diferentes marcadores sociais, formas de opressão, estigmas e modos de estruturação da sociedade ocidental.

Destaca-se a importância de reconhecer o conceito de normalidade como uma construção cultural e ideológica, fortemente associada ao modelo biomédico da deficiência. Em contrapartida, o modelo social da deficiência emerge como uma conquista ao questionar essa dicotomia entre normal e patológico, oferecendo a perspectiva da normatividade como alternativa à noção de normalidade, referindo-se à capacidade dos sujeitos de estabelecerem suas próprias normas adaptativas.

Durante as pesquisas nos bancos de dados, a maior dificuldade foi em relação à ambiguidade dos termos “mães AND deficiência” ou “maternidade AND deficiência”, visto que a maior parte dos artigos dizem respeito a mães de filhos com deficiência, e não a mães deficientes, justamente em função do estigma existente em torno da temática do cuidado dentro do campo da deficiência.

A precária relevância atribuída ao marcador da deficiência e suas intersecções ressalta uma lacuna significativa no meio acadêmico, evidenciando a escassez de produção intelectual brasileira sobre o tema, principalmente fora das áreas biomédicas e da educação especial. Nesse sentido, entende-se que no foco dos estudos sobre a deficiência deve estar a inclusão social. Tornar os ambientes acessíveis, eliminando barreiras físicas e sociais, combatendo a discriminação e o preconceito não significa recusar o tratamento biomédico, mas, sim, ultrapassá-lo, atingindo as políticas públicas e promovendo bem estar e qualidade de vida.

Ressalta-se ainda, a centralidade da interdependência entre os seres humanos na sociedade, conforme proposto por Norbert Elias, bem como a crítica feminista ao modelo social da deficiência, abarcando o papel do cuidado feminino na sociedade, especialmente em contextos onde o cuidado é desvalorizado, resultando na exploração e invisibilidade dessas mulheres. Nesse sentido, a compreensão da deficiência não apenas como uma questão individual, mas como um fenômeno social, evidencia a interdependência que necessariamente permeia a existência humana.

Conclui-se que mais pesquisas que levem em consideração o modelo social da deficiência ao invés do modelo biomédico deve ser realizadas sobre o tema da maternidade com deficiência. É essencial reconhecer que a deficiência é muito mais do que uma questão individual, mas um fenômeno enraizado em estruturas sociais que exigem mudanças sistêmicas para promover a inclusão e o bem-estar. Além

disso, é necessário que mais estudos sejam realizados para que essas mulheres consigam maternar sem estigma nem impedimentos sociais para tal..

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillipe. História social da criança e da família. (2a ed.) Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, Elisabeth. Um amor construído: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Decreto Legislativo n. 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 10 jul. 2008, seção 1, edição 131, p. 1. Disponível em: [COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm#:~:text=DLG-186-2008&text=Aprova%20o%20texto%20da%20Convenção,Art. Acesso em: 28 jun. 2022.</p></div><div data-bbox=)

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. Série Anis, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003. Disponível em: [http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf). Acesso em: 11 fev. 2022.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v. 1.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 10, p. 3061-3070, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.16642016>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GOFFMAN, Erving. Estigma e identidade social. In: Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade, Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: UFSC, PPGAS, 1997.

MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

MELLO, Anahi Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*. 2012, v. 20, n. 3.pp. 635-655. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>. Acesso em: 11 fev.2022

MELLO, Anahi Guedes; NUREMBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*. 2012, v. 20, n. 3pp. 635-655. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>. Acesso em 11 fev. 2022.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAUJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 24,n. 1, p. 44-55,mar. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006&lng=e n&nrm=iso. Acesso em: 10 mai 2021.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas* [online], v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. [1978].

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 303, 1995.

VENCATO, Anna Paula. Diferenças na escola. In: MISKOLCI, Richard; JUNIOR, João L. (Org.). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: Edufscar, 2014.